

Aula 23 – Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) – Parte 1: Criação e Composição

Seja bem-vindo(a) à Aula 23 do nosso Curso de Gestão de Recursos Hídricos! Sabemos que o dia a dia é corrido e que, muitas vezes, o estudo precisa se encaixar entre os compromissos. Por isso, preparamos este material pensando em você, que busca aprofundar seus conhecimentos e, quem sabe, dar um passo importante em sua carreira ou qualificação profissional.

Imagine um recurso tão vital que sua ausência ou má gestão pode gerar conflitos, crises de saúde pública e até mesmo impactar a economia de um país inteiro. Estamos falando da água, um bem essencial à vida, mas que, paradoxalmente, é finito e vulnerável. No Brasil, um país abençoado com vastos recursos hídricos, a realidade da escassez e da poluição já é uma preocupação em diversas regiões, exigindo uma abordagem de gestão cada vez mais sofisticada e, acima de tudo, participativa.

📄 **A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97)** reconhece a água como um bem público, com valor econômico, e que deve ser gerida de forma descentralizada e participativa.

O grande desafio, então, não é apenas ter água, mas saber como gerenciá-la de forma justa e sustentável para todos. Quem tem o direito de usar? Quanto pode usar? Como garantir que a água de hoje não comprometa a de amanhã? Essas perguntas complexas não podem ser respondidas por um único ator, seja ele o governo, a indústria ou a sociedade civil isoladamente.

Pense na água como um grande "condomínio" que todos nós habitamos. Cada morador (usuário) tem suas necessidades e expectativas, mas o recurso (água) é compartilhado. Se cada um fizer o que quiser, sem regras ou diálogo, o caos se instala: um usa demais, outro polui, e a qualidade de vida de todos é comprometida.

Onde Nascem as Decisões: A Bacia Hidrográfica como Unidade de Gestão

Para gerenciar a água de forma eficaz, precisamos de uma unidade territorial que faça sentido do ponto de vista hidrológico. Não seria lógico gerenciar um rio apenas dentro dos limites de um município, se ele nasce em outro e deságua em um terceiro, recebendo afluentes e sofrendo impactos ao longo de todo o seu percurso.

Nascente

Onde tudo começa - o coração do sistema

Afluentes

Rios menores que alimentam o rio principal

Foz

Ponto final onde toda a água converge

Uma bacia hidrográfica é, em sua essência, uma área geográfica drenada por um rio principal e seus afluentes, formando uma rede interconectada que converge para um único ponto de saída. Tudo o que acontece dentro dessa área – o desmatamento nas nascentes, a poluição de um córrego, o uso intensivo da água para irrigação – afeta o sistema como um todo, desde o topo até a foz.

Podemos pensar na bacia hidrográfica como o sistema circulatório do corpo humano. O coração (a nascente) bombeia o sangue (a água), que flui por artérias e veias (rios e afluentes), levando nutrientes e oxigênio para todos os órgãos (cidades, indústrias, lavouras).

Os "Parlamentos das Águas": O Que São os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)?

Com a água sendo um bem comum e a bacia hidrográfica a unidade ideal de gestão, surge a necessidade de um espaço onde todos os interessados possam se reunir para discutir e deliberar sobre o futuro desse recurso vital. É nesse contexto que emergem os **Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)**, peças-chave no sistema de gestão de recursos hídricos do Brasil.

❏ Os CBHs são **fóruns colegiados de caráter consultivo e deliberativo** - os verdadeiros "parlamentos das águas".

Os CBHs não são apenas grupos de discussão; eles têm poder real de decisão sobre as questões hídricas em sua área de atuação. Sua principal função é promover o debate, a articulação e a tomada de decisões consensuais entre os diversos setores que utilizam a água ou que são impactados por sua gestão.

Imagine um conselho comunitário ampliado, focado exclusivamente na água. Assim como em uma comunidade, há diferentes grupos com interesses variados: os que moram perto do rio, os que usam a água para produzir alimentos, os que precisam dela para a indústria, e os que se preocupam com a preservação ambiental. O CBH é o local onde esses grupos se encontram, não para brigar, mas para negociar, entender as perspectivas uns dos outros e construir um plano comum para o uso e a proteção da água.

A Gênese de um Comitê: Como um CBH é Criado?

Os Comitês de Bacias Hidrográficas não surgem por acaso ou por decreto unilateral. Sua criação é um processo que exige mobilização, estudo e, acima de tudo, a vontade e o engajamento dos atores locais. É uma jornada que começa com a percepção de uma necessidade e culmina na formalização de um órgão colegiado com poder de decisão.

01

Identificação da Necessidade

Percepção de problemas ou desafios relacionados à gestão da água na bacia

03

Estudos Técnicos

Delimitação da bacia e mapeamento dos usuários

02

Mobilização Social

Engajamento dos atores locais e levantamento de interessados

04

Formalização Legal

Decreto estadual ou federal instituindo o comitê

O ponto de partida para a criação de um CBH geralmente reside na identificação de problemas ou desafios relacionados à gestão da água em uma determinada bacia. Pode ser a escassez, a poluição, conflitos de uso, ou a necessidade de planejar o futuro hídrico da região.

Imagine que você e seus vizinhos percebem que a praça do bairro está abandonada e que o rio que passa por ali está poluído. Vocês não podem simplesmente decidir reformar a praça ou limpar o rio sozinhos. É preciso um processo: mobilizar outros moradores, discutir as ideias, apresentar uma proposta à prefeitura, que por sua vez, pode ajudar a organizar um conselho para gerenciar a praça e o rio.

Os Pilares da Criação: Requisitos e Etapas Iniciais

A criação de um Comitê de Bacias Hidrográficas é um processo que demanda rigor técnico e engajamento social. Não se trata apenas de "juntar pessoas", mas de construir uma estrutura sólida que possa, de fato, gerir um recurso tão vital.

Requisitos Técnicos

- Delimitação da bacia hidrográfica
- Estudos geográficos e hidrológicos
- Definição dos limites de atuação
- Caracterização dos recursos hídricos

Requisitos Sociais

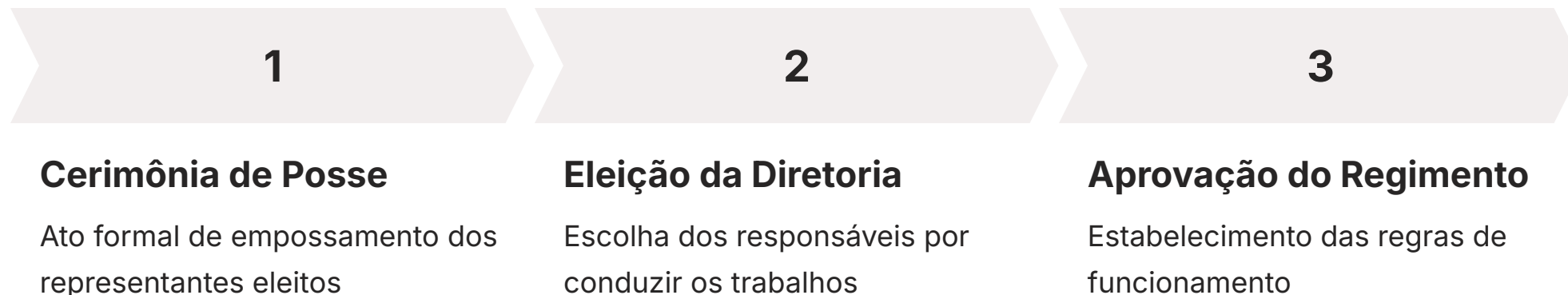
- Levantamento dos potenciais membros
- Identificação dos usuários da água
- Mapeamento da sociedade civil organizada
- Mobilização dos órgãos públicos

Conceito	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo
Criação do CBH	Estabelecimento legal e formal do comitê	Lei nº 9.433/97 e legislação estadual/federal	Decreto estadual que institui o CBH do Rio X
Instalação do CBH	Início efetivo das atividades, posse dos membros	Regimento Interno e convocação dos eleitos	Primeira reunião do CBH, eleição da diretoria e posse dos conselheiros

Conectando com a aplicação real, pense em um engenheiro ambiental ou gestor público que atua em uma secretaria de meio ambiente. Ele seria um dos profissionais envolvidos na elaboração desses estudos técnicos e na articulação com os diferentes setores.

A Instalação: Dando Vida ao Comitê

Após todo o trabalho de estudos, mobilização e a aprovação legal da criação do Comitê de Bacias Hidrográficas, chega o momento de dar vida a essa estrutura: a **instalação do comitê**. Este é o ponto em que o CBH deixa de ser apenas uma ideia ou um decreto no papel e se torna uma entidade funcional, com seus membros empossados e prontos para iniciar os trabalhos.



A instalação de um CBH geralmente ocorre por meio de um ato formal, como uma cerimônia de posse, onde os representantes eleitos ou indicados de cada segmento (Poder Público, Usuários e Sociedade Civil) são oficialmente empossados em seus cargos. É um momento de celebração e de assunção de responsabilidades, onde os membros se comprometem a trabalhar em conjunto para o bem da bacia hidrográfica.

Podemos comparar a instalação de um CBH à inauguração de uma nova prefeitura ou de um novo parlamento. A estrutura já foi criada por lei, os representantes foram eleitos, mas é na cerimônia de posse que eles assumem formalmente suas funções e o trabalho começa de fato.

Quem Senta à Mesa? A Composição Tripartite

A eficácia de um Comitê de Bacias Hidrográficas reside, em grande parte, na sua capacidade de representar os diversos interesses e perspectivas que existem em torno da água. Se apenas um grupo tomasse as decisões, o sistema seria desequilibrado e as soluções provavelmente não atenderiam às necessidades de todos.

Poder Público

Representantes do Estado em suas diferentes esferas

- Órgãos federais, estaduais e municipais
- Agências reguladoras
- Universidades públicas



Usuários da Água

Todos que utilizam a água diretamente

- Agricultura e pecuária
- Indústria
- Saneamento e energia

Sociedade Civil

Representantes dos interesses coletivos

- ONGs ambientalistas
- Universidades
- Associações de moradores

Imagine um time de futebol onde cada linha (defesa, meio-campo, ataque) tem sua função específica, mas todas trabalham juntas para um objetivo comum. O Poder Público seria o técnico, definindo as regras do jogo e garantindo que elas sejam cumpridas. Os Usuários seriam os atacantes e meio-campistas, que precisam da bola (água) para fazer o jogo acontecer. E a Sociedade Civil seria a defesa e o goleiro, protegendo o campo (o meio ambiente) e garantindo que o jogo seja justo e sustentável para todos.

A Força do Equilíbrio: A Composição Paritária

Não basta ter os três segmentos representados; é fundamental que a voz de cada um tenha o mesmo peso nas decisões. É aqui que entra o conceito de **composição paritária**, um princípio tão importante quanto a própria estrutura tripartite.

- ❏ A paridade garante que cada um dos três segmentos tenha o **mesmo número de representantes** e, conseqüentemente, o **mesmo poder de voto** nas deliberações do CBH.

1/3 Poder Público

Mesmo peso nas decisões

1/3 Usuários

Mesmo peso nas decisões

1/3 Sociedade Civil

Mesmo peso nas decisões

A ideia por trás da paridade é simples, mas poderosa: evitar que qualquer um dos segmentos domine as discussões e imponha suas vontades sobre os outros. Se, por exemplo, o Poder Público tivesse a maioria dos votos, as decisões poderiam ser excessivamente burocráticas ou politizadas.

Imagine uma balança de três pratos, onde cada prato representa um dos segmentos. Para que a balança esteja em equilíbrio, cada prato precisa ter o mesmo peso. Se um prato estiver mais pesado, a balança pende para um lado, e o equilíbrio é perdido.

O Poder Público: O Papel do Estado na Gestão da Água

Dentro da composição tripartite e paritária dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o segmento do **Poder Público** desempenha um papel fundamental. Ele representa o Estado em suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal – e é responsável por trazer para o comitê a visão das políticas públicas, a capacidade de fiscalização e a expertise técnica e legal.

Esfera Federal

- Agência Nacional de Águas (ANA)
- Ministério do Meio Ambiente
- IBAMA

Esfera Estadual

- Secretarias de Meio Ambiente
- Órgãos de Recursos Hídricos
- Universidades Estaduais

Esfera Municipal

- Secretarias Municipais
- Órgãos de Saneamento
- Defesa Civil

A presença do Poder Público é crucial porque ele é o detentor da outorga do direito de uso da água e o responsável pela implementação das políticas e leis que regem o setor. Ele traz para o debate a perspectiva da regulamentação, da fiscalização e do planejamento em larga escala.

Conectando com a aplicação real, um gestor público que atua em um CBH precisa ter um profundo conhecimento da **Lei nº 9.433/97** e do **Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/20)**. Ele será o elo entre as discussões locais do comitê e as diretrizes nacionais, garantindo que as deliberações estejam alinhadas com a legislação vigente.

Os Usuários da Água: Quem Depende Dela para Viver e Produzir

A água não é apenas um recurso natural; é a base para a vida e para a economia. Por isso, um dos segmentos mais importantes na composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas é o dos **Usuários da Água**. Este grupo representa todos aqueles que utilizam a água de forma direta para suas atividades econômicas ou para o abastecimento de suas comunidades.



Agricultura

Irrigantes, pecuaristas e produtores rurais que dependem da água para suas lavouras e criações



Indústria

Fábricas que utilizam água em seus processos produtivos, resfriamento e limpeza



Saneamento

Empresas de abastecimento público e tratamento de esgoto



Energia

Hidrelétricas e termelétricas que dependem da água para geração de energia



Pesca e Turismo

Atividades que dependem da qualidade e disponibilidade da água



Abastecimento Doméstico

Comunidades e associações de moradores

A presença dos usuários no CBH é fundamental porque eles trazem para a mesa a perspectiva de quem vive o dia a dia da dependência da água. Eles conhecem os desafios práticos, as necessidades de produção e as implicações econômicas de qualquer decisão sobre o recurso.

Pense em um agricultor que depende da água do rio para irrigar sua lavoura, ou em uma indústria que precisa de água para resfriamento de máquinas. Sem a voz desses usuários, as decisões poderiam ignorar suas necessidades, levando a prejuízos econômicos e sociais.

A Sociedade Civil: A Voz da Comunidade e do Meio Ambiente

Além do Poder Público e dos Usuários da Água, o terceiro pilar da composição tripartite dos Comitês de Bacias Hidrográficas é a **Sociedade Civil**. Este segmento representa os interesses difusos da comunidade e a preocupação com a preservação ambiental, a qualidade de vida e o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

ONGs Ambientalistas

Organizações dedicadas à proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais

Universidades e Pesquisa

Instituições de ensino e pesquisa que produzem conhecimento científico sobre recursos hídricos

Associações de Moradores

Representantes das comunidades locais e seus interesses coletivos

Movimentos Sociais

Grupos organizados que defendem direitos sociais e ambientais

A participação da Sociedade Civil é crucial porque ela atua como um "olho vigilante" e uma "voz crítica", garantindo que as decisões do comitê considerem os impactos ambientais e sociais de longo prazo. Muitas vezes, são as ONGs e as universidades que trazem à tona questões como a poluição de rios, a degradação de nascentes, a necessidade de saneamento básico para comunidades carentes ou a importância da educação ambiental.

Imagine um grupo de ativistas ambientais que monitora a qualidade da água de um rio, ou pesquisadores universitários que estudam os efeitos das mudanças climáticas na bacia. Eles trazem dados, conhecimento técnico e uma paixão pela defesa do meio ambiente que são indispensáveis para uma gestão hídrica verdadeiramente sustentável.

As Regras do Jogo: O Regimento Interno e o Funcionamento


Para que um Comitê de Bacias Hidrográficas funcione de forma organizada, transparente e eficaz, ele precisa de um conjunto claro de regras. É aí que entra o **Regimento Interno**, um documento fundamental que estabelece as normas e procedimentos para o funcionamento do comitê.

Aspectos Organizacionais

- Periodicidade das reuniões
- Quórum mínimo para deliberações
- Procedimentos para eleição da diretoria
- Atribuições dos diferentes cargos

Aspectos Operacionais

- Formas de comunicação
- Publicidade dos atos do comitê
- Mecanismos de resolução de conflitos
- Processos de tomada de decisão

 O Regimento Interno é a "**constituição**" do CBH, definindo como as reuniões serão conduzidas, como as decisões serão tomadas e quais são as responsabilidades de cada membro.

Podemos comparar o Regimento Interno às regras de um jogo de tabuleiro ou ao estatuto de um clube. Para que todos possam jogar ou participar de forma justa e produtiva, é preciso que as regras sejam conhecidas e respeitadas por todos. Se as regras não são claras, ou se são constantemente desrespeitadas, o jogo perde a graça e o clube se desorganiza.

A elaboração e aprovação do Regimento Interno é geralmente uma das primeiras tarefas do comitê após sua instalação. Ele é discutido e votado pelos próprios membros, o que reforça o caráter democrático e participativo do CBH.

Desafios e Tendências: CBHs no Século XXI

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, embora sejam estruturas consolidadas pela Lei nº 9.433/97, não são estáticos. Eles operam em um cenário dinâmico, marcado por novos desafios e tendências que exigem adaptação e inovação contínuas.



Segurança Hídrica

Eventos extremos como secas e enchentes exigem estratégias de adaptação e gestão de reservatórios



Novo Marco do Saneamento

Integração com a Lei nº 14.026/20 para universalização do acesso à água e tratamento de esgoto



Digitalização

Uso de dados e tecnologia para monitoramento e tomada de decisão baseada em evidências

Um dos maiores desafios atuais é a **segurança hídrica e a resiliência climática**. Com as mudanças climáticas, eventos extremos como secas prolongadas e enchentes severas se tornam mais frequentes e intensos, impactando diretamente a disponibilidade e a qualidade da água.

Outra tendência importante é a integração com o **Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/20)**. Embora o saneamento seja uma atribuição municipal, a gestão da água e do esgoto tem impactos diretos na bacia hidrográfica. Os CBHs precisam dialogar e articular com os planos municipais de saneamento.

Conectando com a aplicação real, um membro de um CBH hoje precisa estar atento às resoluções recentes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que frequentemente trazem novas diretrizes e ferramentas para a gestão.

Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim da primeira parte da nossa jornada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. Nesta aula, desvendamos o papel crucial dos CBHs como os "parlamentos das águas", compreendendo a importância da bacia hidrográfica como unidade de gestão e a necessidade de uma abordagem participativa.

Compreendemos os CBHs

Como fóruns colegiados de caráter consultivo e deliberativo

Exploramos a criação

Desde a identificação da necessidade até a formalização legal

Entendemos a composição

Tripartite e paritária: Poder Público, Usuários e Sociedade Civil

Discutimos desafios

Segurança hídrica e integração com o Novo Marco do Saneamento

- Em prática:** O conhecimento sobre a criação e composição dos CBHs é essencial para qualquer profissional que atue ou pretenda atuar na gestão ambiental, recursos hídricos ou saneamento. Ele permite entender a dinâmica de tomada de decisão, identificar os atores envolvidos e, futuramente, participar ativamente desses fóruns.

Autoavaliação

- Qual das alternativas melhor descreve a principal função dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs)?
 - a) Fiscalizar o cumprimento das leis ambientais por empresas.
 - b) Gerenciar diretamente a distribuição de água para consumo humano.
 - c) Promover o debate e a tomada de decisões consensuais sobre a gestão da água na bacia.
 - d) Conceder outorgas de direito de uso da água.
- A Lei nº 9.433/97 estabeleceu a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a gestão de recursos hídricos. Qual o principal motivo para essa escolha?
 - a) Facilidade de delimitação política e administrativa.
 - b) A bacia representa um sistema hidrológico integrado, onde tudo se conecta.
 - c) É a unidade mais fácil de ser monitorada por satélites.
 - d) Permite a gestão isolada de cada rio sem considerar seus afluentes.
- A composição dos CBHs é descrita como "tripartite e paritária". O que significa o termo "paritária" nesse contexto?
 - a) Que apenas um tipo de usuário da água tem poder de voto.
 - b) Que o Poder Público tem mais votos que os outros segmentos.
 - c) Que cada um dos três segmentos (Poder Público, Usuários, Sociedade Civil) tem o mesmo número de representantes e poder de voto.
 - d) Que as decisões são tomadas por unanimidade, sem votação.
- Qual dos documentos é fundamental para estabelecer as normas e procedimentos de funcionamento de um CBH, definindo como as reuniões serão conduzidas e as decisões tomadas?
 - a) O Plano de Bacia Hidrográfica.
 - b) O Decreto de Criação do Comitê.
 - c) O Regimento Interno.
 - d) A Lei nº 9.433/97.
- Explique a importância da participação da Sociedade Civil na composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando os desafios atuais como a segurança hídrica e a resiliência climática. (Resposta esperada: 3-5 linhas)

Gabarito

Questão 1

c) Promover o debate e a tomada de decisões consensuais sobre a gestão da água na bacia.

Questão 2

b) A bacia representa um sistema hidrológico integrado, onde tudo se conecta.

Questão 3

c) Que cada um dos três segmentos tem o mesmo número de representantes e poder de voto.

Questão 4

c) O Regimento Interno.



Questão 5 - Resposta esperada: A participação da Sociedade Civil é crucial para trazer a perspectiva da conservação ambiental, da saúde pública e da justiça social para o CBH. Em face dos desafios como segurança hídrica e resiliência climática, as ONGs, universidades e associações de moradores contribuem com conhecimento técnico, monitoramento e a defesa dos interesses difusos, garantindo que as estratégias de adaptação e mitigação considerem o bem-estar da comunidade e a sustentabilidade do ecossistema.

Próximos Passos e Recursos

- 📄 **Conexão com a Próxima Aula:** Na [Aula 24 – Os Comitês de Bacias Hidrográficas \(CBHs\) – Parte 2: Competências e Atuação](#), aprofundaremos nas responsabilidades e no dia a dia dos comitês, explorando suas competências legais e como eles atuam na prática para implementar a gestão de recursos hídricos.

Recursos Adicionais

Lei nº 9.433/97

Política Nacional de Recursos Hídricos - Para consulta da base legal dos CBHs

Site da ANA

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - Para acesso a resoluções e informações atualizadas sobre a gestão hídrica

Publicações do CNRH

Conselho Nacional de Recursos Hídricos - Para entender as diretrizes e normativas que orientam os CBHs

NOTA IMPORTANTE: As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.